

ATA Nº 194

Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, na sala de reunião da Secretaria Municipal de Assistência Social, na Rua Ernani Cotrin, 747, Centro, no município de Capivari de Baixo, reuniu-se Extraordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a presidência do conselheiro Eliezer Marques Costa (PMSC), estando presentes os conselheiros: Moacir Correa Borges (Sec. de Obras), Mário Sérgio Rodrigues (Grupo Escoteiro Carijós), Elizabeth de Medeiros Gomes (Pastoral da Criança), Daiani Antunes (SAS), Vitor César Paris (Secretaria de Adm. e Finanças), Maria de Lourdes Sacheti (Clube Esperança), Charlane Andreza Américo (SENAI), Elto Aguiar Ramos (Polícia Civil), Rosa Machado Silveira (CEACA), Manoel Torres Constantino (Secretaria de Saúde), Pedro Paulo Cardoso Martins (SINTRESC). Ainda estiveram presentes as Conselheiras Tutelares: Louizi Cristina Eich, Ariele Rodrigues de Lima, Karla F. Félix. Alessandra Pascoali (do Controle Interno), Patrícia (da Contabilidade) e Alessandra Francioni Silva (SAS). O presidente inicia a reunião pelo item dois da pauta, e explica aos conselheiros, que a comissão de fiscalização se reuniu novamente, e emitiu novo parecer acerca da segunda prestação de contas do grupo escoteiro Carijós e refizeram as contas realizadas pelo Controle Interno, sendo observado que faltou a restituição de um valor, sendo que o Grupo escoteiro foi oficializado e já restituíram o valor de R\$ 60,00 à conta do FIA, que se tratava da diferença de itens comprados que não eram para as vinte crianças do projeto. Sendo o parecer da Comissão de fiscalização favorável a aprovação, o presidente coloca em votação na plenária, devido somente após aprovação será liberada a última parcela do Projeto Inclusão Escoteira, no valor de R\$ 6686,00. Alessandra do Controle Interno relata que tenta acompanhar o trabalho das entidades, no CEACA ela já esteve presente aplicando questionários aos participantes, porém no Grupo Escoteiro ainda não foi visitar. Alessandra diz que é papel da Comissão acompanhar os projetos em andamento, bem como o que é comprado com o recurso do FIA. Alessandra diz que não há problema em a nota vir com valor maior, desde que justificado pela entidade que o valor excedido tenha sido pago com recurso próprio. Mário diz que o projeto do Escoteiro é novo, pioneiro e sabe que necessita serem feitas algumas adaptações, estão tentando se adequar a prestação de contas. Rosa diz que não faz parte da Comissão de Fiscalização, mas entende que foi a primeira vez que o Grupo Escoteiro recebeu verbas do FIA, e que até se adaptar leva tempo, relata que o CEACA mesmo já recebendo há algum tempo, de vez enquanto ainda tem que se adaptar a alguma coisa. Mário diz que é de conhecimento do Grupo Escoteiro que estão necessitando trazer a documentação para renovação de inscrição junto ao conselho, só estão aguardando a vistoria dos bombeiros, que será provavelmente na próxima semana. Alessandra, do Controle Interno relata que o Conselho já deve estar pensando na possibilidade de estender, dar continuidade ao projeto do Grupo Escoteiro. Louizi diz que alguns materiais que estão no projeto serão permanentes, são bem cuidados e poderão ser utilizados novamente. Vitor questiona o que é feito com o recurso que por algum motivo sobre. Alessandra diz que volta para a conta do FIA. Rosa diz que nesse caso que eles devolveram o recurso, podiam ter gasto com outra coisa e após justificado. Mário diz que fica de aprendizado para as próximas. Alessandra diz que acompanha as atividades do Grupo Escoteiro através do whatsapp, Mário encaminha vídeos. Mário relata que estão participando vinte e três crianças, mas que nem todas estão inscritas, pois pelo regulamento interno do escoteiro requer um tempo de adaptação, de três encontros, para que a criança tenha tempo de se adaptar e verificar se realmente ela vai continuar. Elto questiona se não teria problema essas crianças não estarem inscritas. Louizi diz que a inscrição é na UNB, Mário diz que estão inscritas, só não registradas. Mário relata que terão uma atividade no próximo final de semana em Rio Negrinho, do Projeto serão oito crianças, por uma questão de logística. Mário diz que as crianças do Projeto não são diferenciadas das demais. Alessandra diz que como a última prestação de contas será entregue apenas ao final, sugere que seja encaminhada uma lista mensal com o nome das crianças participantes do Projeto. Vitor concorda. Louizi diz que é importante para a comprovação. Mário diz que como é um projeto inovador ainda tem pontos a melhorar, mas que o objetivo foi ótimo. Tiveram um grupo de vinte lobinhos no sábado, e isso é gratificante. Eliezer repassa o parecer para apreciação dos conselheiros e coloca em votação a aprovação da segunda prestação de contas do Grupo Escoteiro. Sendo esta aprovada pelos conselheiros por unanimidade. Eliezer passa ao item três da pauta, e relata que devido às discussões surgidas em última reunião, na qual foi cogitada a possibilidade de construir uma sede própria para o Conselho Tutelar, Sabrina entrou em contato com o CONANDA e com o Tribunal de Contas, questionando a viabilidade devido a Resolução 194/2017 do CONANDA que insere a possibilidade do afastamento da vedação do inciso V, do

parágrafo 2º do artigo 16 da Resolução 137 de 2010. E diz que de ambos a resposta não foi favorável, devido existir outro inciso que veda gastos com Conselho Tutelar. Eliezer lê resposta na íntegra: Com relação à sua comunicação, informamos que o órgão técnico competente deste Tribunal de Contas, após análise, manifestou-se no seguinte sentido: A mencionada Resolução nº 194/2017 não consta na página oficial da Secretaria de Desenvolvimento Humano do Ministério dos Direitos Humanos; Existem referências a esta Resolução em outras páginas não oficiais; Considerando a mesma como existente, a redação indica a possibilidade ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente afastar a vedação do art. 16, V, no que tange possibilitar os recursos (investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência); Ocorre que a disposição do artigo 16, parágrafo único (na redação anterior), inciso II da Resolução CONANDA nº 137/2010 veda a utilização dos recursos do FIA para pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, redação essa ainda vigente, que denota uma restrição global no que tange a utilização dos recursos do FIA no Conselho Tutelar; A essência do FIA é fomentar “programas” e “projetos” relacionados a promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; A pergunta questiona a possibilidade de utilização de recursos do FIA para a Construção do Conselho Tutelar; Não se entende que se trata de um programa e projeto e, considerando ainda a restrição do art. 16, parágrafo único, V, entende-se a impossibilidade de aplicação dos recursos para essa finalidade. Atenciosamente, Marcos André Alves Monteiro, Auditor Fiscal de Controle Externo. Eliezer relata que a resposta do CONANDA também foi nesse sentido: que foi revisto apenas o inciso V, e não o inciso II, sendo assim os Conselhos Tutelares devem ser estruturados e mantidos pelo Poder Executivo do Município. Louizi questiona se não caberia solicitar no Plano Plurianual, Louizi relata que o Conselho Tutelar deve ser vinculado ao Poder Executivo, ou seja o Gabinete, alguns avanços no Conselho Tutelar se deram devido a essa desvinculação à Secretaria de Assistência Social. Eliezer retorna ao item um da pauta: Discutir propostas sobre as políticas para as crianças e adolescentes que poderão ser inseridas no Plano Plurianual. Alessandra da Assistência Social relata que salvo engano, no Plano Plurianual entra itens como Papel sulfite, canetas, palestras, o que se pretende gastar com isso nesses próximos quatro anos. Eliezer diz que em ano anterior havia um saldo de R\$500.000,00 que era pra ser destinado ao FIA, mas que realocaram, foi transferido para a Secretaria de Obras e Secretaria de Saúde, esse plano é pra ser mandado o dinheiro para o FIA. Rosa diz que se não pedirem nunca vão ter. Eliezer diz que as despesas do CMDCA são pagas pelo Gabinete do Prefeito. Rosa diz que se quiserem capacitações anuais para os conselheiros esse recurso tem que ser solicitado. Vitor diz que já foi feito o Plano de Ação e Aplicação, aquela é a nossa meta. Alessandra da Assistência Social exemplifica, se tiver palestra o dinheiro é disponibilizado, se não o dinheiro fica lá, quando necessário e se contido no Plano esse recurso é disponibilizado. Alessandra diz que se o CMDCA usa cinco mil canetas em quatro anos é isso que deve conter no Plano. Eliezer relata que chegou a conhecimento do Conselho que o Coffe break solicitado para a capacitação ia ser cobrado do dinheiro do FIA, porém não foi nem discutido esse gasto em reunião. Louizi diz que foi pedido pra prefeitura e será utilizado recurso próprio, foi apenas falta de comunicação. Eliezer diz que a Katiusse do SENAI enviou proposta para o Plano Plurianual. Charlane (SENAI) apresenta diz que são quatro propostas de oficinas profissionais, palestras sobre orientações profissionais, para instigar os jovens, hoje trabalham a partir dos 14 anos, porém nada impede de ser trabalhado essas questões de forma lúdica com os mais novos, para cada projeto seriam contemplados 30 alunos. Louizi relata que esse projeto não caberia para o Plano Plurianual e sim projeto do FIA. Alessandra diz que entraria na Secretaria de Assistência Social ou até mesmo Secretaria de Educação. Eliezer questiona sobre o que caberia no Plano Plurianual. Elto diz que o que vai estipular dentro do valor, se tiver algo específico é anual. Louizi diz que esta confuso. Alessandra (Assistência Social) diz que no Plano Plurianual entraria computador, carro, mesa maior, copos, materiais. Eliezer concorda que não está claro. Alessandra (Assistência Social) diz que não tem haver com o FIA, seria recurso próprio. Rosa diz que devem pegar o Plano Decenal e pedir a liberação item por item, solicitar aos poucos. Vitor diz que despesa com pessoal do CMDCA não existe, pois os conselheiros são voluntários. Rosa diz que não pode entrar no Plano Plurianual são coisas específicas das entidades. Eliezer sugere uma pausa para o café até que a Alessandra do Controle Interno retorne para esclarecer as dúvidas. Conselheiros concordam. Alessandra chega acompanhada de Patrícia da Contabilidade. Eliezer questiona sobre as possibilidades dessas propostas para o Plano Plurianual, se entrariam os projetos. Patrícia diz que pode deixar um valor estimado, uma previsão. Eliezer questiona se o Plano Plurianual seria para o FIA ou para o Gabinete

do Prefeito. Patricia diz que é para a manutenção do CMDCA, cursos, estipular um valor suficiente com as prioridades para o primeiro, segundo, terceiro e quarto ano. Por exemplo se precisam comprar televisão solicitar. Louizi questiona se ela não esta confundindo o CMDCA com o Conselho Tutelar. Patricia concorda, diz que essas verbas seriam então para capacitações. Vitor explica que pelo CMDCA ter o FIA, o pessoal entende que todo recurso do CMDCA vai para o FIA são para atividades relacionadas a projetos. Vitor diz que o que estão pedindo no Plano Decenal já tem. Alessandra questiona se entra folha sulfite, computador, caneta. Patricia concorda. Eliezer questiona se então não seriam dois diferenciados: um para os materiais, que inclusive já foram solicitados via ofício no começo do ano a administração, tais como datashow, notebook. Patricia diz que 24 mil é certo que terão no FIA, que ações podem fazer com esse recurso, diz que podem deixar uma rubrica com um valor estipulado, previsto através das arrecadações. Rosa diz que os conselheiros deveriam solicitar o aumento desse recurso. Vitor diz que esse recurso só é repassado ao FIA, pois existe o TAC. Patricia alerta que não pode ser uma previsão fictícia e sim com base nos gastos anteriores. Eliezer diz para fazer dois. Patricia questiona se algum conselheiro já participou de curso da CGU, relata para o Conselho fazer um ofício solicitando a capacitação, talvez juntar todos os Conselhos. Eliezer diz que como o SENAI trouxe as possibilidades de projetos também incluir no valor. Rosa diz que é para fazer com base em gastos passados, Eliezer questiona se então verifica os gastos atuais com projetos e multiplica por quatro. Rosa diz que tem que ter por base os que estão inscritos e apresentaram projetos, APAE não apresentou projeto. Eliezer questiona se então para o Plano Plurianual fecharia o valor de R\$500.000,00 para entidades. Eliezer diz que no Plano de Ação e Aplicação jogou alto prevendo também os projetos cancelados. Rosa diz que essa proposta deve vir amarrada do Plano Decenal, para que tentem aumentar esse valor repassado pela Prefeitura ao FIA. Daiani entrega panfletos do ID jovem. Alessandra convida quem quiser participar do sábado feliz, que seria todo segundo sábado do mês onde estariam fazendo trabalhos na Praça do Ginásio, se o espaço ficar pequeno depois mudam pra praça da bandeira. Seria o CRAS, CREAS, Educação, Saúde, Conselhos, Entidades, onde estariam fazendo amostras de cada trabalho, vendendo produtos de artesanatos confeccionados nos grupos, estarão com banners, folders. Informa que já colocou alguns nomes no grupo do whats e que em breve marcará reunião específica para discutir as ações. Rosa aproveita para elogiar a capacitação: ECA na rede, que foi realizada nos últimos dias 25 e 26/07, e informa que todos os funcionários do CEACA participaram e já estão colocando em prática os aprendizados. Relata que o palestrante foi muito claro em sua fala. Louizi diz que sentiu falta de algumas pessoas, no dia 26 pela manhã a Educação foi em peso, deu duzentas e poucas pessoas, relata que a Secretaria de Educação foi a primeira a ser avisada, e quis voltar atrás dias antes da capacitação devido as férias escolares. Rosa diz que é importante a participação das escolas, pois geralmente elas têm uma aversão ao Conselho Tutelar, por não ter um conhecimento do papel, porém quem participa das capacitações, as diretoras geralmente não repassam o conhecimento aos que não estiveram presentes. Ariele diz que faltaram representantes do Poder Judiciário, das polícias. Louizi diz que seria importante a participação da polícia civil que é com quem estão com problemas, de algumas coisas não serem papel do Conselho Tutelar, e enfatiza que uma coisa é as próprias conselheiras tentarem explicar, e outra é ouvir em uma capacitação. Ariele diz que foi telefonado para a Polícia e o próprio delegado disse que estaria presente. Elto justifica a sua falta no evento, pois tiveram que cumprir dezoito mandados de prisão no dia, sendo que o escrivão está de férias. Ariele diz que sabe que o delegado é bem atuante, mas dessas capacitações também deveriam participar. Louizi diz que a preocupação do Conselho Tutelar é que futuramente o Conselho será renovado, diz que é claro que querem fechar o ciclo, mas muitas possuem objetivos pessoais, e estão pensando nas próximas que irão entrar. Ariele falou que duas podem permanecer. Louizi relata que podem, mas no momento não querem, portanto conversou com o Guilherme Cecheleiro para fazer uma assessoria de rede, não palestra. E queria o aval do Conselho para ir atrás de orçamentos. Eliezer diz que como abrange toda a rede, poderia levar essa proposta ao administrativo. Alessandra (Assistência Social) diz que possui verba na assistência social para este fim. Rosa questiona se dois dias no mês não seria cansativo. Louizi fala que seria para a rede, não que seriam as mesmas pessoas. E, nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião. Eliezer reforça para que ele se inscreva no Conselho. E, para constar, eu, Sabrina Medeiros da Silva, assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.